

L E I N° 1109/73

Data : 12 de abril de 1973.

Súmula: Dispõe sobre a Organização administrativa da Prefeitura Municipal de Bandeirantes e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Artigo 1º - A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Bandeirantes compõe-se dos seguintes órgãos:

I – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

A – Gabinete do Prefeito;

B – Conselho Consultivo Municipal e

C – Assessoria Jurídica.

II – ÓRGÃOS MEIOS

A – Departamento Administrativo;

B – Departamento da Fazenda.

III – ÓRGÃOS FINIS

A – Departamento de Obras e Serviços Urbanos;

B – Departamento de Saúde e Serviço Social e

C – Departamento de Educação e Cultura.

IV – ÓRGÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO FUNCIONAL

A – Serviço Autônomo de Água e Esgotos.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Artigo 2º - O Gabinete do Prefeito é o órgão incumbido de prestar assistência ao Prefeito para as suas funções políticas dar atendimento aos

munícipes; manter ligação com os demais poderes e autoridades; exercer atividades de relações públicas e de contatos com a Imprensa; prestar auxílio burocrático ao Prefeito; coordenar atividades de mutirões e outras similares, desde que não incluídas na competência dos demais órgãos da Prefeitura.

Artigo 3º - O Conselho Consultivo Municipal, composto do vice-prefeito, Diretores de Departamento de Assistente Jurídico é órgão de Assessoramento do Prefeito para assuntos de elaboração, coordenação e controle dos Planos e programas municipais, além de ser o elemento de integração técnica dos órgãos da Administração da Prefeitura; é órgão encarregado da fiscalização da execução do Orçamento, manterá permanentemente contato com agências estaduais, nacionais e internacionais, públicas e privadas, de crédito e ajuda para o desenvolvimento, deverá zelar pela correta implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município.

§ 1º - O Conselho Consultivo Municipal será presidido pelo Prefeito e, na sua ausência, pelo Chefe de Gabinete.

§ 2º - Nenhuma remuneração ou vantagem terão os membros do Conselho Consultivo Municipal, pelos trabalhos nele prestados.

Artigo 4º - A Assessoria Jurídica é o órgão que tem por objetivo a execução, coordenação e controle das atividades jurídicas da Prefeitura, competindo-lhe pronunciar-se sobre toda a matéria legal que lhe for submetida pelo Prefeito e demais órgãos da administração Municipal; efetuar a cobrança de Dívida Ativa, promover os processos de desapropriação, elaborar as minutas de contratos, convênios, concorrências e escrituras em que for parte a Prefeitura, representar o Município em qualquer instância judiciária.

Artigo 5º - O Departamento Administrativo é o órgão incumbido de exercer as atividades ligadas à administração geral da Prefeitura, especialmente as de preparação, registro, publicação e expedição dos atos do prefeito, elaboração e expedição da correspondência do Prefeito, recebimento, distribuição, controle de andamento e arquivamento definitivo de papéis da Prefeitura, recrutamento seleção, treinamento, regime jurídico, controles funcionais e demais atividades de pessoal, padronização, aquisição, guarda, distribuição, controle e estoque de todo material utilizado na Prefeitura; tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e imóveis da Prefeitura, conservação interna e externa do prédio da Prefeitura; móveis e instalações, manutenção dos serviços de copa e cozinha.

Artigo 6º - O Departamento da Fazenda é o órgão incumbido da execução da política financeira e fiscal do Município, bem como das atividades relativas a lançamento de tributos e arrecadação de rendas municipais, fiscalização dos contribuintes, recebimento, guarda e movimentação de valores, processamento de despesa, contabilização orçamentária, financeira e patrimonial, elaboração do orçamento e controle de sua execução; assessoramento ao Prefeito em assuntos econômicos-financeiros.

Artigo 7º - O Departamento de Obras e Serviços Urbanos é o órgão incumbido da construção e conservação das Obras, Estradas e caminhos municipais; estudos e projetos das obras municipais, pavimentação e conservação das vias e logradouros públicos, manutenção da frota de veículos de equipamentos de uso geral da administração, bem assim pela sua conservação e guarda; coordenação do trânsito urbano e respectiva sinalização, aplicação de fiscalização das normas relativas às construções particulares, à estética urbana, ao zoneamento e aos loteamentos do Município; manutenção dos serviços de limpeza e iluminação pública, parques e jardins, execução dos serviços do matadouro, administração do cemitério, fiscalização dos serviços de utilidade pública concedidos, permitidos ou autorizados.

Artigos 8º - O Departamento de Saúde e Serviço Social é o órgão que tem por objetivo as atividades de assistência médico-odontológica, sanitária e social da população local, destacando-se a administração de unidades de saúde, assistência médico-dentária aos alunos das escolas municipais, prestação ou supervisão da prestação de assistência veterinária, supervisão dos serviços de fiscalização sanitária, promoção do bem estar e melhoria de condição de vida da comunidade, coordenação da execução de programas que visem o bem-estar social, manutenção de convênios com órgãos públicos ou particulares para a execução de campanhas de saúde pública.

Artigo 9º - O Departamento de Educação e Cultura é o órgão incumbido da execução das atividades educacionais e culturais do Municípios, especialmente as referentes à educação primária, manutenção de promoções cívicas, organização e manutenção de bibliotecas escolares e públicas, difusão cultural, orientação pedagógica, promoção ou difusão cultural, promoção de atividades esportivas, recreativas e de educação física, promoção de atividades esportivas, recreativas e de educação física, promoção e estímulo a desenvolvimento das atividades artísticas e outras manifestações de cultura, distribuição e controle da merenda escolar, elaboração de convênios para execução de programas de educação e cultura.

CAPÍTULO III

DO ÓRGÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO FUNCIONAL

Artigo 10 – Fica mantido o Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bandeirantes, que será regido por Lei e regulamentos próprios.

CAPÍTULO IV DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 11 – A Prefeitura adotará o planejamento como instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial econômico, social e cultural do Município, bem como para a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros do Governo Municipal.

§ 1º - O Planejamento compreenderá a elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos básicos:

- I – Plano Diretor de Desenvolvimento
- II – Orçamento Plurianual de Investimento;
- III – Programa anual de Trabalho;
- IV – Orçamento Programa e
- V – Programação Financeira anual de Despesas.

§ 2º- A elaboração e execução do planejamento municipal deverá guardar inteira consonância com os planos e programas da União e do Estado.

Artigo 12 – As atividades da administração Municipal, especialmente a execução de planos programas de governo, serão objeto de permanente coordenação.

Parágrafo Único – A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante a atuação das chefias individuais bem como realização sistemática de reuniões com a Participação das chefias subordinadas.

Artigo 13 – A administração Municipal deverá dispor de instrumento capaz de acompanhar e avaliar os resultados da atuação de seus diversos órgãos.

Artigo 14 – A Prefeitura recorrerá, à execução de obras e serviços sempre que admissível e aconselhável, mediante contrato, concessão,

permissão, ou convênio, a pessoa ou entidades do setor privado, de forma a alcançar melhor rendimento, evitando encargos permanentes e ampliação desnecessária de seu quadro de servidores.

Artigo 15 – Os serviços Municipais deverão permanentemente atualizados, visando à modernização e racionalização dos métodos de trabalho, com o objetivo de proporcionar melhor atendimento ao público, através de rápidas decisões, sempre que possível com execução imediata.

Artigo 16 – A Prefeitura procurará elevar a produtividade de seus servidores, evitando o crescimento do seu quadro de pessoal, através de seleção rigorosa de novos servidores e do treinamento e aperfeiçoamento dos servidores existentes, a fim de possibilitar o estabelecimento de níveis adequados de remuneração.

Artigo 17 – A administração Municipal deverá promover, manter e incentivar a integração da comunidade na vida político administrativa do Município, através de órgãos coletivos compostos de servidores municipais, representantes, de outras esferas de governo e municípios com atuação destacada na coletividade ou com conhecimentos dos problemas locais.

Artigo 18 – A Prefeitura estabelecerá, na elaboração e execução dos seus programas, o critério de prioridades, segundo a essencialidade da obra ou serviço e o atendimento do interesse coletivo.

CAPÍTULO V DOS PRINCÍPIOS GERAIS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA E EXERCÍCIO DE AUTORIDADE.

Artigo 19 – O Prefeito Municipal delegará competência às diversas chefias para proferir despachos decisórios, porém, avocar, a qualquer época, a competência delegada.

Parágrafo Único – A Competência do Prefeito é indelegável nos seguintes casos, independentemente de outros que a legislação indicar:

I – Nomeação de funcionário e sua exoneração, demissão, suspensão, prisão administrativa e revisão de processo disciplinar;

II – Concessão e cassação de aposentadoria;

III – Autorização para a realização de concorrências, bem como a sua homologação;

- IV – Alienação e aquisição de bens imóveis;
- V – Concessão ou permissão de exploração de serviços públicos e uso de bens municipais e
- VI – Autorização de despesas acima de dez (10) vezes o salário mínimo vigente do Município.

Artigo 20 – O Prefeito e os Diretores de Departamento, salvo os casos expressamente permitidos em Lei, deverão permanecer livres de funções meramente executórias e da prática de atos relativos ao procedimento administrativo.

Artigo 21 – Objetivando acelerar a tramitação administrativa e reservar às autoridades superiores as funções de planejamento, orientação, coordenação e controle, deverão ser observados os seguintes princípios racionalizadores:

I – Todo assunto deverá ser decidido no mais baixo nível hierárquico;

II – A autoridade competente na poderá escusar-se de decidir, protelando, por qualquer forma, o seu pronunciamento ou encaminhando o caso à consideração de outra autoridade.

III – Os contratos entre os órgãos da administração Municipal, para fins de instrução de processos, serão feitos diretamente de órgão para órgão, com o devido controle por parte do órgão competente.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22 – Os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas, que se fazem necessários em decorrência desta Lei, serão previstos em Lei Especial.

Parágrafo Único – Os atuais cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas serão extintas à data da vigência desta Lei.

Artigo 23 – Deverão ser observadas as seguintes exigências para o provimento dos cargos comissionados abaixo relacionados:

- I – O Assessor Jurídico deve ser advogado;
- II – O Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos deve ser Engenheiro ou Arquiteto;

III – O Diretor do Departamento de Educação e Cultura deve ser possuidor de diploma de curso superior, preferencialmente ser formado em Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências ou Letras e ser professor habilitado no órgão competente.

Artigo 24 – O Prefeito deverá regulamentar esta Lei no prazo de 30 (trinta dias) de sua vigência, aprovando, por Decreto, o Regulamento Interno, que discriminará a estrutura administrativa interna dos órgãos de assessoramento, meios e fins constantes do artigo 1º, suas atribuições e das respectivas unidades de serviço, assim como as atribuições do pessoal responsável por cargo ou função de direção e chefia.

Parágrafo Único - Os órgãos integrantes da estrutura administrativa da Prefeitura obedecerão o seguinte escalonamento hierárquico.

I – Departamento

II – Divisão e

III – Seção

Artigo 25 – À proporção que forem instalados os órgãos competentes da organização administrativa da Prefeitura, prevista nesta Lei, os atuais órgãos serão extintos automaticamente, ficando o Executivo autorizado a tomar providências relativas a pessoal, dotações, atribuições e instalações.

Artigo 26 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em abril de 1973.